

## DIALOGOS EPISTEMOLÓGICOS: A PERSPECTIVA DE AUGUSTE COMTE E DE ÉMILE DURKHEIM

EPISTEMOLOGICAL DIALOGUES: THE PERSPECTIVE OF AUGUSTE COMTE  
AND ÉMILE DURKHEIM

*Nara Oliveira Salles<sup>1</sup>*

**Resumo:** A proposta deste artigo é analisar as aproximações e distanciamentos entre as teorias de Auguste Comte e Émile Durkheim no que diz respeito ao surgimento do conceito de sociologia para cada autor. Além disso, será avaliado no âmbito deste trabalho o objeto de estudo e metodologia da ciência social proposta por Comte e Durkheim. Autores como Aron (1987), Moraes Filho (1989) e Rodrigues (1999) contribuem para o embasamento teórico deste estudo comparativo. Entre as conclusões, destaca-se a aproximação entre os dois autores no que se refere ao holismo metodológico, embora Comte ancore a Sociologia à análise histórica e Durkheim privilegia a causalidade eficiente do meio social.

**Palavras-chave:** Comte; Durkheim; Epistemologia; Metodologia; Sociologia.

**Abstract:** The purpose of this paper is to analyze the similarities and differences between Auguste Comte and Emile Durkheim's theories about the concept of sociology. Besides, this study intends to investigate the scientific object and methodology of social science proposed by Comte and Durkheim. Authors such as Aron (1987), Moraes Filho (1989) and Rodrigues (1999) contribute to the theoretical foundation of this comparative text. Among the conclusions, it is necessary to highlight the adherence of the both authors to the methodological holism, although Comte anchors Sociology to historical analysis and Durkheim privileges the efficient causality of the social environment.

**Keywords:** Comte; Durkheim; Epistemology; Methodology; Sociology.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Bacharela em Comunicação Social pela mesma instituição de ensino. E-mail:

CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 20 (2015) Jul/Dez., pp. 1-121.

## Introdução

<narasal@iesp.uerj.br>.

Desde o seu surgimento até a contemporaneidade, o campo científico, o objeto de estudo e a metodologia da Sociologia estão em debate. Nessa discussão se inserem Auguste Comte e Émile Durkheim, cujas teorias foram pilares para o desenvolvimento das Ciências Sociais.

De origem francesa, Comte nasceu em 1791, e assim que tivera contato com as ideias de Saint-Simon e com o surgimento do novo cristianismo, no século XIX, ele vislumbrara a necessidade do desenvolvimento de uma filosofia social teórica, proporcionada através da separação entre teoria (poder espiritual) e prática (poder temporal), com a finalidade de conceder unidade espiritual a todas as classes sociais.

Para ele, somente a ciência social previamente elaborada poderia reorganizar a sociedade, renovando as ideias, os costumes e moral, com o intuito de ultrapassar a fase crítica social, encaminhando-a para uma organização definitiva.

Assim, o germe da concepção social que Comte (1989) criaria depois está centrado na ideia de que é possível transformar a Sociologia<sup>2</sup> em uma ciência positiva como as demais, na divisão entre poder espiritual e poder temporal e na confiança de que a população teria nos novos cientistas sociais.

Segundo Moraes Filho (1989), o pensamento de Comte é fruto de seu tempo pós Revolução de 89, em que a desordem e a anarquia consistiam na confusão de princípios, uma vez que a sociedade possuía base industrial, mas também era dotada de muitos ideais teológicos e metafísicos. Comte percebera que a sociedade teológica-militar, que, para ele, explicava os problemas sociais através de sua ordem histórica, estaria próxima de sucumbir e dar lugar a uma sociedade predominantemente científica e industrial, na qual a luta dos homens contra a natureza e a exploração racional de recursos naturais, segundo Aron (1987), predominaria.

---

<sup>2</sup> Comte, neste momento em *Separação Geral entre as Opiniões e os Desejos (1819)*, ainda utiliza o termo Política.

CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 20 (2015) Jul/Dez., pp. 1-121.

Entretanto, não seria possível reorganizar a sociedade sem a homogeneização do conhecimento humano, ou seja, sem que a todas as ciências tivessem atingido a positividade. Dessa maneira, Comte (1989) estabelece que a chegada da sociedade científica e industrial seria inevitável, embora pudesse ser retardada ou acelerada. É nesse contexto que ele desenvolve a ideia de Física Social.

Durkheim, por sua vez, também nasceu no ano de 1858, e foi profundamente influenciado pelos estudos de Auguste Comte. Testemunha do advento e da expansão do capitalismo monopolista, Durkheim vivenciou uma época de euforia, de progresso e de esperança no futuro, originadas pelo início da III República e a passagem do século XIX para o século XX. De origem francesa, assim como Comte, considerava que a ciência também tinha a mesma nacionalidade.

Depois da morte de Comte e do período de estagnação da Sociologia na França, que teve sua retomada com Espinas, Durkheim (1999) se propôs a entrar diretamente em relação com os fatos, na tentativa de diversificar problemas e desenvolver e aplicar uma metodologia que fosse apropriada à particularidade da natureza das coisas coletivas.

Apesar da proximidade de ideias com Comte em momentos específicos, Durkheim considerava, segundo Aron (1987), que as tentativas elaboradas pelo fundador da Filosofia Positiva de descobrir os principais momentos do devenir histórico, juntamente com as fases do progresso econômico, social e intelectual da humanidade não eram suficientes para a Sociologia.

Desta maneira, Durkheim (1999), que considerava a Sociologia fruto da evolução das ciências, elaborou um método apurado, através do qual se tornava possível descrever e classificar as sociedades em caráter científico. A proposta de Durkheim (1999) era desenvolver um instrumental metodológico definido para a apreensão da sociedade e rompimento com o senso comum. Por isso, ele é considerado o fundador, de fato, da ciência social.

Assim, o objetivo desse trabalho é expor o conceito de Sociologia para os dois pensadores, além de explorar objetos e metodologia proposta, a fim de que seja possível traçar aproximações e afastamentos em suas teorias.

## A perspectiva de Auguste Comte

Comte desenvolve a ideia de Física Social como ciência cujo objeto próprio é “o estudo dos fenômenos sociais, considerados com o mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, como submetidos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo especial de suas pesquisas” (COMTE apud MORAES FILHO, 1989, p.54). Para o autor, através da Física Social seria possível explicar o desenvolvimento da sociedade desde a pré-história até o que ele denomina “Europa civilizada”.

A proposta de Comte é a de “*explicar* diretamente, com a maior precisão possível, o grande fenômeno do desenvolvimento da história humana, considerado em todas as suas partes essenciais” (Ibid., p.53). Tal processo, para ele, independe do indivíduo, já que considera que a realidade coletiva ultrapassa a soma dos indivíduos. Entretanto, o conhecimento da lei desse fenômeno permite, de acordo com Comte (1989), acelerar o processo de desenvolvimento.

O surgimento da Sociologia, para Comte (1989), está atrelado ao fato de outras ciências – a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química e a Biologia – já terem alcançado o estado positivo, sendo capazes de elaborar teorias gerais a respeito de seus fenômenos. Era notável que, cada vez mais, tais ciências se tornavam mais próximas do homem e, por isso, mais complexas e com menor generalidade.

Considera Comte somente as ciências abstratas, e não as suas manifestações concretas. Interessa-lhe a ordem de generalidade da explicação e da coordenação dos fatos de cada uma. Elas vão surgindo e sendo admitidas na positividade segundo a ordem que essas especulações mantêm com os fenômenos dados na experiência. Numa palavra, a ordem das ciências abstratas deve reproduzir a ordem real na qual são condicionados esses fenômenos. (MORAES FILHO, 1989, p.19)

Assim se constitui para Comte (1989) a *Lei dos Três Estados*, pela qual estabelece que qualquer ciência – o que inclui a Sociologia – passaria primeiramente pelo estado teológico e, depois, pelo metafísico, até que se atingisse o estado positivo. Esse último

estado teria sido possibilitado, inicialmente, segundo o autor, pelos preceitos de Bacon, Descartes e Galileu e subordinaria a imaginação à observação.

Além de ser baseado na observação, o método positivo de Comte tem como elementos fundamentais a experimentação e a formulação de leis. De acordo com Aron (1987), para Comte (1989), a Filosofia Positiva tem validade universal e pode ser aplicada não só em política como também em astronomia. Segundo o autor, “o espírito positivo observa os fenômenos, analisa-os, descobre as leis que comandam suas relações. Ora, é impossível, pela observação e análise, descobrir imediata e rapidamente essa ordem exterior. Antes de filosofar o homem precisa viver” (ARON, 1987, p.90). Aron (1987) ressalta que, para Comte, a *Lei dos Três Estados* necessita de estar relacionada com a classificação das ciências, para ter sentido rigoroso. Somente dessa maneira estaria provado que tal maneira de pensar culminou na ciência positiva da sociedade – a Sociologia. Inspirado por Montesquieu, Condorcet e Bossuet, Comte define um conceito para tal ciência:

Acredito que devo arriscar, desde agora, este termo novo, sociologia, exatamente equivalente à minha expressão, já introduzida, de física social, a fim de poder designar por um nome único esta parte complementar da filosofia natural que se relaciona com o estudo positivo do conjunto das leis fundamentais apropriadas aos fenômenos sociais. (COMTE apud MORAES FILHO, 1989, p.61)

Para Comte (1989), a Sociologia se divide em duas categorias principais: a estática e a dinâmica social<sup>3</sup>. A primeira seria, basicamente, o estudo da ordem essencial de toda coletividade humana, e a segunda, a descrição das etapas percorridas pelas sociedades humanas. De acordo com o autor, a dinâmica se encontra subordinada à estática. “A estática social trouxe à luz a ordem essencial de toda sociedade humana; a dinâmica social retrança as vicissitudes pelas quais passou essa ordem fundamental, antes de alcançar o termo final do positivismo” (ARON, 1987, p.95).

O objeto de observação da Sociologia estabelecido por Comte são os fatos sociais, que oferecem à ciência descrita a oportunidade de “estabelecer suas relações mútuas e

---

<sup>3</sup> Apesar de a estática e a dinâmica social constituírem elementos centrais na teoria de Comte, elas não serão exploradas no âmbito deste trabalho, que tem como proposta o debate acerca do surgimento, do conceito e da metodologia sociológica.

apreender a influência que cada um exerce sobre o conjunto do desenvolvimento humano” (COMTE apud MORAES FILHO, 1989, p.53).

Segundo Aron (1987), é a história da espécie humana que constitui objeto da Sociologia comteana, já que a lógica do princípio da prioridade coloca a ideia de todo sobre a de elemento. Para o autor, a sociologia sintética de Comte se define como a “ciência do todo histórico, ela determina não só o que foi e o que é, mas também o que será, no sentido da necessidade do determinismo” (Ibid., p. 75).

A função da Sociologia, para Comte, seria “compreender o devenir necessário, isto é, indispensável e inevitável, da história, de modo a ajudar a realização da ordem fundamental” (Ibid., p.73). Para isso, seria necessário considerar os variados aspectos dos fenômenos sociais de maneira simultânea, uma vez que para Comte (1989) eles são complexos e jamais poderiam ser racionalmente isolados.

É importante notar que, para Comte (1989), a história exerce um papel fundamental, já que a partir dela seria possível descobrir as leis que regem a humanidade. A visão histórica aparece totalmente unificada, caminhando para o estado definitivo do espírito humano e das sociedades.

Entretanto, é inegável o ponto de vista a partir da história da Europa que o autor assume, conforme confirma Aron:

Auguste Comte tem a ingenuidade de conceber a história da Europa como se ela absorvesse a história de todo o gênero humano; ou ainda, pressupõe o caráter exemplar na história europeia, admitindo que a ordem social para a qual tende será a ordem social de toda a espécie humana (ARON, 1987, p.73)

O autor propõe que, metodologicamente, a Sociologia atue do geral para o particular, uma vez que “o conjunto do assunto é certamente, neste caso, muito mais bem conhecido e mais imediatamente abordável que as diversas partes que serão distinguidas posteriormente” (COMTE apud MORAES FILHO, 1989, p.84). Além disso, somando-se aos elementos incorporados ao logo do processo histórico – a dedução, na fase da matemática; a exploração direta, na fase físico-química; a comparação, na fase biológica – o modo histórico, que segundo Comte (1989) constitui a investigação por filiação gradual, é indispensável método das ciências sociais.

A observação, para Comte (Ibid. p.85), “é a única base sólida dos conhecimentos humanos”. Isso porque é um dos elementos fundamentais da Filosofia Positiva e, por isso, se aplicada às demais ciências. Para o autor a observação é composta por três processos: a observação de fato; a contemplação de fenômenos com modificações realizadas artificialmente, a que ele denomina experiência; finalmente, a comparação.

Se, anteriormente, Comte (1989) havia definido o processo de experiência como algo ligado à artificialidade, o autor reestabelece sua explicação:

Seja natural ou artificial, sabemos que a observação, realmente, merece sempre o nome próprio de experimentação, todas as vezes que a realização normal do fenômeno sofre, de qualquer maneira, uma alteração bem determinada, sem que espontaneidade dessa alteração possa destruir a eficácia científica própria a qualquer modificação das circunstanciais habituais do fenômeno para melhor lhe esclarecer a produção efetiva (COMTE, 1989, p.89).

No que diz respeito ao método comparativo, o autor ressalta a importância de, depois de os estudos sociais alcançarem o estado positivo, efetuar comparação sociológica do homem com outros animais. Esse procedimento, para Comte (1989), possibilitaria melhor caracterização das leis mais elementares da solidariedade fundamental, o que poderia até mesmo inspirar induções proveitosas sobre a sociedade humana.

Ainda dentro do conjunto de elementos oferecidos pela metodologia comparativa, Comte (1989) destaca a análise da relação com o que ele denomina de povos primitivos. Segundo o autor, através de tal artifício seria possível verificar as indicações diretas da análise da história e preencher suas lacunas inevitáveis. “Assim, o encadeamento estabelecido segundo a sucessão dos tempos pode ser verificado pela comparação dos lugares” (Ibid., p.95).

Comte (1989) também sinaliza a existência e a importância do método classificatório, em que se faz uma relação entre a ordem de generalidade dos diversos graus de divisão e as relações observadas entre os fenômenos. Para o autor, essa hierarquização nada mais é do que o enunciado de coordenadas de fatos gerais, cada vez mais particulares. “Numa palavra, a classificação é somente, pois, a expressão filosófica da ciência, cujos progressos acompanha. Conhecer a classificação é conhecer a ciência, pelo menos, sua parte mais importante” (Ibid., p.96).

Apesar de todas as metodologias descritas por Comte (1989), é o método histórico, que integra o método comparativo, a base fundamental das ciências sociais, constituindo seu principal artifício científico.

Podemos assinalar este método histórico como capaz de oferecer a verificação mais natural e a aplicação mais extensa desse atributo característico que acima demonstramos na marcha habitual própria da ciência sociológica, e que consiste em proceder, sobretudo, do conjunto para os pormenores. (...) Visto como é, sobretudo, em seu desenvolvimento que os diversos elementos sociais são necessariamente solidários e inseparáveis, segue-se daí que nenhuma filiação parcial, inteiramente isolada, poderia ter realidade, e que toda explicação desse gênero, antes de poder tornar-se, a qualquer título, especial, deve antes repousar numa concepção geral e simultânea da evolução fundamental. (Ibid., p.97-98)

Mesmo a observação constituindo um dos pilares da Filosofia Positiva, Comte (1989) reconhece certa dificuldade da observação em Sociologia, já que há, para ele, o consenso de que os fenômenos sociais, por serem comuns, são de fácil contemplação.

Mas, são precisamente esta vulgaridade e esta personalidade que devem necessariamente concorrer, com uma complicação superior, a tornar mais difícil esta espécie de observação, afastando diretamente o observador das disposições intelectuais convenientes a uma exploração verdadeiramente científica. Só se observa bem, em geral, colocando-se de fora (Ibid., p.88).

Para além da observação em suas três etapas, o autor considera que o processo científico necessita, ainda, das provas testemunhais que, para ele, representam a  
admissão contínua

“na elaboração fundamental de suas teorias mais positivas, observações que não puderam ser diretamente feitas nem mesmo repetidas por quem as emprega, e cuja realidade somente repousa no fiel testemunho dos exploradores primitivos” (Ibid., p.88). Outro elemento integrante da metodologia sociológica, para Comte (Ibid., p.99), são as hipóteses, que devem “apresentar o caráter de simples antecipações sobre o que a experiência e o raciocínio teriam podido desvendar imediatamente, se as circunstâncias do problema tivessem sido mais favoráveis”. Todavia, o autor ressalta que, para serem instrumentos úteis de pesquisa, as hipóteses devem estar dentro dos limites da esfera positiva, caso contrário podem ser perigosas cientificamente.



Através dos instrumentos e campo científico demarcado por Comte (1989) é possível vislumbrar a influência de sua obra e de seu pensamento em outros autores do âmbito das ciências sociais, como é o caso, por exemplo, de Émile Durkheim.

### **O pensamento de Durkheim**

A concepção de sociologia desenvolvida por Durkheim (1999) consiste no estudo dos fatos essencialmente sociais. “A palavra social só tem sentido definido com a condição de designar unicamente fenômenos que não se incluem em nenhuma das categorias de fatos já constituídos e denominados. Eles são portanto o domínio próprio da sociologia” (Ibid., p.4).

De acordo com Aron (1987, p.336), o objetivo do autor é “demonstrar que pode e deve existir uma sociologia objetiva e científica, conforme o modelo das outras ciências, tendo por objeto o *fato social*”.

Na concepção de Durkheim (1999), é fato social

toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais. (Ibid., p.13)

A partir dessa definição é possível perceber que, para o autor, o fato social possui três características principais: exerce coerção exterior, ou seja, não dependem de nosso arbítrio, o reproduzimos inconscientemente; é geral, pois age na consciência coletiva; é independente, já que não constituem manifestações individuais.

Para Durkheim (1999), não existe redução dos fenômenos aos indivíduos, uma vez que não há indivíduo sem sociedade. O autor considera que a sociedade tem vida própria, que independe dos indivíduos, apesar de eles lhe darem suporte. O produto da sociedade seria, para ele, o fato social, unidade mínima de análise sociológica.

Inaugurando a epistemologia naturalista, Durkheim (1999) estabelece a necessidade de encarar o fato social como coisa. Tal concepção implica a ideia de o fato social ser exterior aos indivíduos, que possuem proposições vagas e confusas a seu

respeito. Por isso, encará-los como coisas pressupõe livrar de preconceitos e pré concepções que possam afastar o caráter científico da avaliação.

É preciso observar os fatos sociais do exterior; descobri-los como descobrimos os fatos físicos. Como temos a ilusão de conhecer as realidades sociais, tornase importante convencer-nos de que elas não são conhecidas imediatamente. Por isso Durkheim afirma que é preciso considerar os fatos sociais como coisas. As coisas são tudo o que nos é dado, tudo o que se oferece (ou antes, se impõe) à nossa observação. (ARON, 1987, p.337)

Durkheim (1999) elabora quatro requisitos para que se analise o fato social como coisa. O primeiro passo seria afastar as noções prévias, abandonando, sistematicamente, as representações e significados da vida social e do senso comum erudito. Em segundo lugar, seria necessário conceituar e agrupar fenômenos, definindo precisamente a coisa. Depois, o autor estabelece a classificação do fenômeno, variando entre o normal e o patológico. Finalmente, a tem-se a explicação, já que, para o autor, todo efeito tem uma causa e a Sociologia deve buscar a causa eficiente do fenômeno por meio de indícios, considerando que, para o autor, a explicação da vida social só pode ser encontrada na natureza da própria sociedade.

Durkheim é adepto do holismo metodológico, partindo do todo para explicar as partes. Para ele, “um todo não é idêntico à soma de suas partes, ele é alguma outra coisa cujas propriedades diferem daquelas que apresentam as partes de que é formado” (Ibid., p.105).

A partir da necessidade de objetivação dos fenômenos sociais, o autor propõe que o sociólogo os analise de maneira que se apresentem isolado de manifestações individuais, já que “a condição de toda objetividade é a existência de um ponto de referência, constante e idêntico, ao qual a representação pode ser relacionada e que permite eliminar tudo o que ela tem de variável, portanto, de subjetivo” (Ibid., p.45).

Para Durkheim (1999), tendo a investigação científica como objeto de pesquisa um grupo de fenômenos que possuem mesma definição correspondente,

o primeiro procedimento do sociólogo deve ser, portanto, definir as coisas de que ele trata, a fim de que se saiba e de que ele saiba bem o que está em questão. Essa é a primeira e a mais indispensável condição de toda prova e de toda

verificação; uma teoria, com efeito, só pode ser controlada se se sabe reconhecer os fatos que ela sabe explicar. (Ibid., p.35)

Segundo Durkheim (Ibid., p.36), é preciso que o pesquisador chegue a definições, com a cautela de jamais “tomar outro objeto de investigação que não seja um grupo de fenômenos definidos previamente por certas características externas que lhes são comuns, abrangendo na mesma investigação todos os que respondem a esta definição”. Assim, para ele, a maneira de classificação dos fatos depende da natureza das coisas e não do próprio fato nem da propensão de seu espírito. “O que é preciso é constituir inteiramente conceitos novos, apropriados às necessidades da ciência e expressos com o auxílio de uma terminologia especial” (Ibid., p.38).

Os fenômenos, para Durkheim (1999), possuem única explicação, de modo que determinado efeito provém sempre da mesma causa. Ele exemplifica: “as causas que imprimem num ato, mas de maneira anormal, o sinal distintivo do crime não poderiam diferir em espécie das que produzem normalmente o mesmo efeito; elas distinguem-se apenas em grau ou porque não agem no mesmo conjunto de circunstâncias” (Ibid., p.41).

Nesse sentido, Durkheim (1999) ressalta que tal causa dos fenômenos sociais não podem e, por isso, não devem ser procurados entre os estados da consciência individual, mas “deve ser buscada entre os fatos sociais antecedentes” (Ibid., p.112). Essa explicação de um fato particular pelo meio social é obtida através do método das variações concomitantes:

Temos apenas um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro: comparar os casos em que eles estão simultaneamente presentes ou ausentes e examinar se as variações que apresentam nessas diferentes combinações de circunstancias testemunham que um depende do outro. Quando eles podem ser artificialmente produzidos pelo observador, o método é a experimentação propriamente dita. Quando, ao contrário, a produção dos fatos não está à nossa disposição e só podemos aproximá-los tais como se produziram espontaneamente, o método empregado é o da experimentação indireta ou método comparativo. (Ibid., p.127)

Entretanto, Durkheim (1999) não está interessado somente nas causas dos fenômenos sociais, mas também em sua função. Para o autor funcionalista, a sociedade é

um sistema integrado, cuja função de cada uma de suas partes a sociologia busca compreender. Ele considera que a função de um fato social só pode ser social e, portanto, “deve ser sempre buscada na relação que ele mantém com algum fim social” (Ibid., p.112).

Os fatos sociais são, para Durkheim (1999), suscetíveis de serem organizados em gêneros e em espécies, elaborando uma classificação social que tem como base o princípio de que o que distingue as sociedades é o diferente grau de complexidade.

Segundo Aron (1987, p.341), “esta classificação pressupõe a existência de unidades simples cuja adição constitui os diferentes tipos sociais. (...) este critério permite determinar a natureza de uma sociedade sem referência às fases históricas tais como as etapas do desenvolvimento econômico”.

Tais teorias da definição e classificação dos gêneros e espécies propostas por Durkheim (1999) conduzem o trabalho científico à distinção entre o fenômeno normal e o fenômeno patológico. Para distinguir entre os dois tipos, o autor estabelece que se deve ir em busca de algum sinal exterior, que seja, simultaneamente, perceptível imediatamente e objetivo. O fenômeno sociológico normal, de acordo com Durkheim (1999), assume formas

gerais em toda a extensão da espécie; elas se verificam, se não em todos os indivíduos, pelo menos na maior parte deles e, se não se repetem identicamente em todos os casos nos quais se observam, mas variam de um sujeito s outro, essas variações estão compreendidas entre limites muito próximos. (Ibid., p.58)

No que diz respeito aos fenômenos patológicos, eles são definidos por Durkheim (1999) como as formas excepcionais. “Elas não apenas se verificam só na minoria, mas também acontece que, lá mesmo onde elas se produzem, muito frequentemente não duram toda a vida do indivíduo. Elas são uma exceção tanto no tempo como no espaço” (Ibid., p.58).

Assim, o principal elemento distintivo entre os fenômenos sociais normais e patológicos é a generalidade, a frequência, embora, como as sociedades são diferentes, só se torna possível reconhecer tais fatores de maneira abstrata e universal. Por exemplo, o crime é um fenômeno sociológico normal, uma vez que, pelos menos, certa taxa de incidência é encontrada em todas as sociedades.

Durkheim (1999) elabora três regras para que a distinção dos fenômenos se realize. Primeiramente, é necessário recortar tempo e espaço para avaliar a generalidade do

fenômeno, de forma que “um fato social é normal para um tipo social determinado, considerado numa fase determinada de seu desenvolvimento, quando ele se produz na média das sociedades dessa espécie, consideradas na fase correspondente de sua evolução” (Ibid., p.65).

Os outros dois passos referem-se à relação entre o fato social e uma espécie social que ainda não teve consumada a sua evolução integral. Nesse caso, Durkheim (Ibid., p.65) diz ser preciso indicar que a “generalidade do fenômeno se deve às condições gerais da vida coletiva no tipo social considerado”.

O autor estabelece que a distinção entre os fenômenos é fundamental para a sociologia, uma vez que para que ela “seja realmente um ciência de coisas, é preciso que a generalidade dos fenômenos seja tomada como critério de sua normalidade” (Ibid, p.75). Além disso, tal diferenciação tem aplicabilidade social, já que, segundo Aron (1987), quando se considera um fenômeno patológico, se constrói um argumento científico que pode justificar projetos de reforma.

### **Considerações Finais**

Certamente o âmbito deste trabalho não é suficiente para esmiuçar as questões epistemológicas propostas por Auguste Comte e Émile Durkheim. Entretanto, é possível verificar as principais proposições de cada autor, avaliando as semelhanças e as diferenças entre eles.

Primeiramente, deve-se notar que tanto Comte (1989) como Durkheim (1999) partem do todo para analisar as partes, em acordo ao holismo metodológico. Os dois pensadores acreditam, ao contrário do que posteriormente Max Weber colocaria, que os fenômenos sociais não são individuais e que a realidade coletiva ultrapassa a soma dos indivíduos. Os dois autores também pensam que é preciso criar uma ciência específica, dotada de método e de objeto próprio, que dê conta de explicar a sociedade. Contudo, Comte (1989) e Durkheim (1999) possuem perspectivas metodológicas diferenciadas. Enquanto o primeiro considera o método comparativo como próprio da Sociologia e busca sua

compreensão através da História – ambos enquadrados nos moldes da Filosofia Positiva – o segundo elabora o método das variações concomitantes.

Durkheim (1999), ao contrário de Comte (1899), não está interessado em traçar uma explicação histórica para o desenvolvimento da sociedade. Para ele, tal elucidação não seria da natureza científica. Assim, o argumento explicativo histórico comteano, segundo o qual a causa de um fenômeno deveria ser procurada no passado, é oposto à sugestão de Durkheim (1999), de buscar a compreensão dos fenômenos no meio social. Para ele, a causalidade eficiente do meio social representa o princípio existencial da Sociologia enquanto ciência.

Para Comte (1899), através da análise histórica, a Sociologia deveria desvendar a lei geral do desenvolvimento da sociedade, que conduziria a todos a um futuro certo e inequívoco. A Sociologia, para ele, tinha objetivos práticos e específicos: compreender para encaminhar as mudanças na sociedade pós-revolucionária, levando a coerência ao pensamento humano. Além disso, a doutrina de Comte (1899) tinha como base o pensamento de que a entidade mantenedora social é o acordo dos espíritos, um modo de pensar comum que culminaria na generalização triunfante do positivismo.

Contudo, para Durkheim (1999), a Sociologia deveria se encarregar de estudar os fatos do exterior, elaborar definições de conceitos, isolando categorias de fenômenos, classificar as sociedades em espécies e gêneros e, finalmente, explicar um fato social particular.

Apesar desses distanciamentos, Durkheim (1999) é considerado, comumente, como positivista e herdeiro de Comte (1899). Isso se deve, além das aproximações já constatadas, à crença de ambos na ciência positiva como a única posição cognitiva possível.

Entre diferenças e semelhanças, que tornam os dois autores próximos e distantes; entre elementos teóricos ultrapassados e os que se sustentam até a contemporaneidade, é inegável que os estudos de Comte (1899) e de Durkheim (1999) foram fundamentais para o desenvolvimento das Ciências Sociais, o que os engrandece e justifica o estudo de suas obras até os dias atuais.

### **Referências Bibliográficas**

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORAES FILHO, Evaristo de (org.). **Comte**. São Paulo: Ática, 1989.

RODRIGUES, José Albertino. **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1999.